

**ENTRE HISTORIOGRAFIA, NARRATIVAS E
REPRESENTAÇÕES:**

Os retratos do imperador Hirohito e o conflito de
percepções

**BETWEEN HISTORIOGRAPHY, NARRATIVES
AND REPRESENTATIONS:**

Portraits of Emperor Hirohito and the conflict of
perceptions

VICTOR HUGO DE MATTOS TRINDADE¹

Data em que o trabalho foi recebido: **10/02/2026**

Data em que o trabalho foi aceito: **30/05/2026**

¹ Mestrando em História e graduado em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).
ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-3456-3464>, e-mail para contato: victorhugomattostrindade@ufrrj.br.
O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior –
Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

ENTRE HISTORIOGRAFIA, NARRATIVAS E REPRESENTAÇÕES:

os retratos do imperador Hirohito e o conflito de percepções

RESUMO

O presente artigo realiza um estudo em torno dos debates historiográficos contemporâneos acerca do lugar ocupado por Hirohito, 124º imperador do Japão, na ocupação levada a cabo pelos Estados Unidos do território japonês durante a primeira década que sucedeu o fim da Segunda Guerra Mundial. O estudo dará enfoque a dois eixos analíticos, o primeiro sendo Hirohito como instrumento político, proposto por Borton (1966), McNelly (1987), Dower (1999), Bix (2015; 2017), Caprio e Sugita (2007) e Nozaki (2007); o segundo, Hirohito como aliado colaborador, defendido por Schaller (1985), Igarashi (2000) e Barnes (2017). Estas concepções e autores são analisados em ordem cronológica e publicação e a partir da seguinte problemática: o que esses historiadores escrevem quando dissertam acerca do imperador Hirohito. Desse modo, nos importa entender como essas percepções são construídas e diferenciar os enfoques narrativos entre si para então demonstrar o modo como cada historiador define o lugar do imperador na ocupação e em quais medidas tais representações entram em conflito no que toca à atribuição de relevância ao imperador neste processo. Conclui-se, devido ao desenvolvimento deste artigo, que o lugar de Hirohito na historiografia da ocupação não é fixo, mas um campo ainda em disputa, ademais, como resultado direto da operação historiográfica e da filtragem singular realizada por cada autor, traçou-se, nos autores analisados, a existência de dois perfis divergentes construídos sobre a vida e função política do imperador Hirohito na ocupação do Japão.

Palavras-chave: Ocupação do Japão. Disputas historiográficas. Representações. Hirohito.

BETWEEN HISTORIOGRAPHY, NARRATIVES AND REPRESENTATIONS:

The portraits of Emperor Hirohito and the conflict of perceptions

ABSTRACT

This article studies contemporary historiographical debates about the role of Hirohito, the 124th Emperor of Japan, in the United States' occupation of Japanese territory during the first decade following the end of World War II. The study will focus on two analytical axes: the first being Hirohito as a political instrument, as proposed by Borton (1966), McNelly (1987), Dower (1999), Bix (2015; 2017), Caprio and Sugita (2007), and Nozaki (2007); the second, Hirohito as a collaborating ally, as defended by Schaller (1985), Igarashi (2000), and Barnes (2017). These conceptions and authors are analyzed chronologically and by publication date, based on the following problem: what do these historians write when discussing Emperor Hirohito? Thus, it is important for us to understand how these perceptions are constructed and to differentiate the narrative approaches from each other in order to demonstrate how each historian defines the emperor's place in the occupation and to what extent such representations conflict regarding the attribution of relevance to the emperor in this process. It is concluded, due to the development of this article, that Hirohito's place in the historiography of the occupation is not fixed, but a field still under dispute; moreover, as a direct result of the historiographical operation and the singular filtering carried out by each author, the existence of two divergent profiles constructed about the life and political function of Emperor Hirohito in the occupation of Japan was traced in the authors analyzed.

Keywords: Occupation of Japan. Historiography. Representations. Hirohito.

INTRODUÇÃO

A ocupação do Japão talvez tenha sido o evento de larga escala de maior relevância na história contemporânea do país, se relacionarmos com a atual sociedade japonesa. Transformado radicalmente com o decorrer dos anos em referência capitalista de modernização, o país abandonou progressivamente seu caráter rural, sendo esse processo intensificado pela ocupação estadunidense, constituindo-se como um dos grandes polos de desenvolvimento tecnológico no Leste asiático. Os sete anos de intensa presença americana no arquipélago inclusive catalisaram a importação de palavras da língua inglesa diretamente para o japonês². Iniciando-se em setembro de 1945 e terminando em abril de 1952³, a ocupação foi planejada por um corpo de instituições e comitês num processo que remete à Segunda Guerra Mundial, e os planos que deles emergiram almejavam reformas políticas amplas, além de mudar o sistema educativo, incentivar a entrada de capital estrangeiro, bem como o expurgo de pessoal indesejado do aparato público, e “pacificar” o Japão com o desarmamento das forças armadas. Deste modo, pensando em quais poderiam ser os possíveis caminhos para realizar tais reformas a chefia do Estado americano decide manter o então imperador no poder em lugar de eleger um estadunidense para assumir diretamente a chefia do governo.

Nesse contexto, as demais potências aliadas aos Estados Unidos pressionavam com exigências de destronamento e julgamento de Hirohito pelos crimes de guerra de sua nação⁴, no entanto, nenhuma dessas medidas se materializou no corpo textual da Declaração de Potsdam em adição à ordem de rendição japonesa anterior à utilização das bombas atômicas. A decisão estadunidense de manter Hirohito no trono garantiu a continuidade da família real no país e, por conseguinte, pôs um fim às exigências, visto que em dois de setembro de 1945 foram assinados

² Palavras na língua inglesa, tais como military police, purge, jeep, kiss, além de outras tantas foram incorporadas com base na sonoridade das palavras de origem nesse período para o idioma japonês, através do *katakana* que é o silabário do idioma para escrita de termos de origem estrangeira, assim, resultando, respectivamente, em エムピー (pronunciando-se em-pi), パージ (pronunciando-se paji), ジープ (pronunciando-se jipu) e キス (pronunciando-se kisu).

³ Tendo começado com a assinatura dos Instrumentos de Rendição, documentos que essencialmente declararam, simultaneamente, o final da guerra entre Estados Unidos e Japão e o início da ocupação e encerrado com a entrada em vigência do tratado de Paz de São Francisco.

⁴ Para citar um desses países como exemplo temos a Austrália que por meio da *Australian Legation* e do documento intitulado “*Future of Japan: views of the government of the Commonwealth of Australia*” clama ao departamento de Estado americano pelo julgamento de Hirohito mediante ao fato de que enquanto chefe das forças armadas japonesas ele deveria ser responsabilizado pelos atos de agressão cometidos por suas tropas. Este documento se encontra disponível para consulta na coletânea de documentos contidos no e-book de nome “*Foreign Relations of the United States: The British Commonwealth, the Far East*”.

os instrumentos de rendição pela delegação que representava Hirohito e uma cláusula foi incluída, lê-se “A autoridade do Imperador e do Governo Japonês para governar o Estado ficará sujeita ao Comandante Supremo das Forças Aliadas [...]”⁵. A mensagem que os Estados Unidos tinham a intenção de comunicar para seus aliados foi clara: manteremos o imperador e, nos termos que constam a declaração supracitada, sua permanência está vinculada a um projeto de utilização tanto dele quanto do aparato imperial como um todo em benefício da agenda política americana na ocupação.

Nesse sentido, desde o começo dos anos 1950 até 2020, há uma vasta quantidade de trabalhos que abordam tanto a presença dos americanos no Japão ocupado quanto o processo de planejamento que antecedeu esse evento. Os primeiros estudos no campo da História sobre a ocupação começam a ser publicados, de forma ainda muito tímida, durante o período de ocupação⁶. Nesse sentido, apesar de subalterno na historiografia brasileira, este é um tema com elevado número de produções acadêmicas no âmbito internacional. Devido a essa elevada quantidade, não há como encontrar em um único autor uma síntese completa de todo esse campo de pesquisas, no entanto, o leitor interessado pode encontrar parte expressiva dessa historiografia reunida nas obras de Schaller (1985), Igarashi (2000), Bix (2000), Barnes (2013; 2017).

Isto posto, intenta-se aqui realizar a análise de um conjunto de trechos, expostos em ordem cronológica, escritos por doze autores, historiadores e historiadoras, cujo tema é, em maior ou menor grau, a ocupação do Japão, mais especificamente no que tange às representações do imperador japonês, realizadas nas obras mencionadas anteriormente. Após realizar um levantamento historiográfico inicial e fazer a leitura dessas obras para um trabalho de conclusão de curso prévio a este artigo, identificou-se, preliminarmente, que há divergências entre tais autores e que estes se inserem em um debate historiográfico. Essa constatação gerou uma inquietação e ocasionou na elaboração do problema que motiva o presente artigo, a saber: qual o lugar do imperador dentro da ocupação do Japão segundo as narrativas operadas por esses historiadores e sob quais termos as histórias contadas por meio desses livros entram em conflito entre si. Antes de adentrarmos nos procedimentos necessários para formular uma resposta ao problema proposto, faz-se necessário dissertarmos, ainda que brevemente, acerca da teoria

⁵ A transcrição em inglês do documento está disponível em: <https://www.archives.gov/milestone-documents/surrender-of-japan>. Tradução própria.

⁶ Como é o caso, por exemplo, do artigo *American Occupation Policies in Japan* publicado em 1948 pelo historiador estadunidense e figura notória nas relações entre Estados Unidos e Japão Hugh Borton.

selecionada para direcionar o modo como lemos e comparamos os referidos textos no que toca à imagem por eles engendrada do imperador *Showa*⁷.

FUNDAMENTOS TEÓRICOS

O Sociólogo francês Pierre Bourdieu, em sua obra “A economia das trocas linguísticas: O que falar quer dizer”, chama nossa atenção para uma questão de maior importância, desse modo, ele nos diz que

A ciência social deve englobar na teoria do mundo social uma teoria do efeito da teoria que, ao contribuir para impor uma maneira mais ou menos autorizada de ver o mundo social, contribui para fazer a realidade desse mundo: a palavra [...] e todas as formas estereotipadas ou rituais de expressão, são programas de percepção. (Bourdieu, 2008, p. 82).

Com este pequeno trecho, queremos destacar a abordagem do autor sobre as palavras em um texto, assim, em especial, dentro das humanidades, ele utiliza linguagem simples e direta para estabelecer duas noções valiosas para as reflexões feitas neste artigo: A primeira diz respeito a entender o poder que as palavras utilizadas por um indivíduo imbuído por certa autoridade têm de engendrar uma percepção de mundo que pode vir a ser absorvida por pessoas enquanto ferramenta para entenderem e existirem no mundo social; a segunda noção é a que todos os cientistas sociais [...] possuem o dever — caso desejam produzir ciência de qualidade — de igualmente refletir sobre os efeitos práticos do que escrevem.

As reflexões do sociólogo francês foram o ponto de partida teórico deste artigo, contudo, outras concepções teóricas também nos servem de base. Segundo José D’Assunção Barros (2020), as fontes Históricas são, precisamente, “tudo aquilo que, por ter sido produzido pelos seres humanos ou por trazer vestígios de suas ações e interferência, pode nos proporcionar um acesso significativo à compreensão do passado humano e de seus desdobramentos no presente”. (Barros, 2020, p. 7). Oferecendo uma compreensão mais ampla acerca daquelas coisas que podem ser tomadas pelos(as) historiadores(as) enquanto fontes, Barros está nos dizendo que o historiador, no exercício de sua investigação e devido à incapacidade de experienciar o tempo já passado, faz uso da fonte histórica para poder acessar fragmentos do passado, conhecê-lo na medida do possível a partir da interpretação dos documentos, problematizá-lo e conectá-lo com

⁷ O termo *Showa*, que significa “paz iluminada” em tradução livre é uma espécie de apelido concedido a cada imperador do Japão e nomeia a era de seu reinado. Assim, esta palavra passa a referir-se, simultaneamente, ao período do reinado de Hirohito de 1926 até 1989, bem como, postumamente, ao próprio monarca.

o presente. Posto isto, ao tomar historiografia como objeto é preciso ter ainda mais cuidado no emprego de uma análise séria, conforme nos mostra Edward H. Carr na sua obra, publicada pela primeira vez em 1961, “Que é a História?” ao dizer que:

Nenhum documento pode nos dizer mais do que aquilo que o autor pensava – o que ele pensava que havia acontecido, o que devia acontecer ou o que aconteceria – apenas o que ele queria que os outros pensassem que ele pensava, ou mesmo apenas o que ele próprio pensava pensar. (Carr, 2006, p. 8-9).

Dito de outra forma, Carr nos recorda que todo texto é fruto de um trabalho extensivo de seleções em uma ordem específica definida por seu(ua) autor(a) pois é somente através da ação do historiador que a fonte ganha importância, sozinho nenhum documento ou fato de qualquer natureza tem qualquer importância para a História. É natural que na escrita da História o historiador molde, gradativamente e por meio de seleções, seu texto a sua cara já que ele “dirige-se especificamente para certos lugares e cenários da paisagem, e também vai filtrando tudo o que vê de acordo com as suas próprias singularidades de indivíduo que observa” (Barros, 2020, p. 5), Barros nos lembra que a seleção faz parte da operação historiográfica tanto no trabalho com fontes e, principalmente, na redação de nossos textos. Em vista disso, não somente evitamos extrapolar as próprias limitações inerentes às fontes como também nos auxilia a entender o conceito de programas de percepções de Bourdieu já que o processo de criação destes parte, em primeiro lugar, dessa operação de seleção.

Por último, apontamos para a análise de discurso segundo Quentin Skinner como outro pilar teórico de maior importância para a análise aqui empregada visto que para este historiador britânico, segundo seu livro publicado pela editora Difel em 2005 e intitulado *Visões da política: sobre os métodos históricos*, é no ato de falar que se pode identificar a sua força na qualidade de ação, dizer algo é também fazer algo. Nessa lógica, para o autor esta força está diretamente relacionada à intenção de um indivíduo, ou grupo de indivíduos, em comunicar algo. Dessa maneira, para além de investigar o significado daquilo que foi dito também se faz necessário “[...] procurar compreender o que é que eles queriam dar a entender com aquilo que estavam a afirmar” (Skinner, 2005, p. 117), ou seja, a compreensão do significado de um texto está intrinsecamente conectada àquilo que autores e autoras planejavam fazer ao escrever seus textos, ou melhor dito, em uma palavra, à intencionalidade do autor.

Um último comentário faz-se pertinente antes de proceder com a análise dos trabalhos selecionados. Estes foram encontrados através de um levantamento bibliográfico de obras

publicadas a partir de 1945 até a atual década em que este artigo foi produzido e, ainda que este artigo não pretenda apresentar e analisar a totalidade de produções e autores que transitam pelo tema proposto, acreditamos que a quantidade proposta seja suficientemente adequada para a exploração da problemática levantada.

OS RETRATOS DO IMPERADOR NA HISTORIOGRAFIA

Em 1966, Hugh Borton escreve um artigo objetivando responder algumas questões, dentre estas uma nos interessa em particular: “Qual foi a política dos Estados Unidos sobre alguns problemas tais como a instituição do imperador e a reforma da Constituição [...]?” (Borton, 1966, p. 203). Nesse viés, o autor nos chama a atenção para o fato de que questões relacionadas ao imperador já estavam sendo debatidas desde 1942, pouco mais de um ano após o início do conflito no pacífico pós ataque a *Pearl Harbor*⁸ e anos antes do fim desta guerra, ademais, ele adiciona:

Um dos temas que ainda suscitam diversas dúvidas diz respeito à instituição do imperador. No outono de 1942, essa questão foi uma das primeiras a ser levantada na Divisão de Pesquisa Especial do Departamento de Estado, e o tema foi atribuído ao autor deste texto. Sua nota de 26 de abril de 1944 afirma: "Há uma semana, o Comitê do Programa Pós-Guerra analisou meu documento sobre a instituição do imperador, no qual foi recomendado que a família imperial fosse colocada sob custódia protetiva, mas que o imperador tivesse acesso a seus conselheiros. Além disso, ele deveria delegar a seus subordinados a execução de suas funções administrativas. Caso esse plano se mostrasse impraticável, as autoridades de ocupação poderiam suspender todas as funções do imperador. (Borton, 1966, p. 205).

Neste caso, o trecho ao qual chamamos a atenção é o último, pois, pela linguagem usada a imagem construída é que, durante qualquer momento da ocupação, e, somente se a instituição imperador não fosse mais de interesse à autoridade americana, esta poderia ser simplesmente completamente suspensa. Como se sua extinção pudesse ser acionada de maneira imediata e unilateral. Em outros termos, e remetendo diretamente a Skinner (2005), torna-se evidente que este historiador deu a entender que a sobrevivência da monarquia japonesa se deu única e exclusivamente por concessão técnica e revogável dos Estados Unidos. Com o estudo publicado

⁸ Este foi um ataque surpresa coordenado pelo serviço aéreo imperial da marinha japonesa em Honolulu, território do Havaí, na manhã de 7 de dezembro de 1941. Este foi o evento que deu início ao conflito direto entre os Estados Unidos e Japão no Pacífico.

por este primeiro autor têm-se que sua força de ação reside em estabelecer uma supremacia absoluta do SCAP⁹ em relação ao Japão como um todo, imperador incluso¹⁰.

No ano de 1985, o autor Michael Schaller publica sua obra: *The American Occupation of Japan: The origins of the Cold War in Asia*, neste trabalho Schaller buscou, a partir da ocupação americana no Japão, entender as origens da guerra fria no continente asiático, ademais, o autor realiza uma consistente análise do processo de planejamento da ocupação. Sobre a posição de Hirohito na ocupação e sua função neste processo, ele declara:

Seguindo as linhas gerais da Declaração de Potsdam [...] para ajudar no seu governo, MacArthur poderia utilizar tanto o imperador como o governo existente, desde que aceitassem a sua autoridade e não impedissem o progresso em direção aos objetivos democráticos. (Schaller, 1985, p. 24. Tradução do autor)

Para Schaller não há dúvidas, as medidas tomadas pelos americanos tornavam possível que ele fosse utilizado como ferramenta desde que tal uso fosse direcionado aos objetivos previamente estabelecidos. Além disto, ele complementa:

A nova constituição desapossou o imperador da autoridade política temporal [...] embora o gabinete conservador inicialmente tenha recusado as disposições que reduziam o imperador a um mero símbolo do Estado [...] Em 1º de janeiro de 1946, ele emitiu uma proclamação negando sua divindade e, entre parênteses, denunciando “tendências radicais” entre o povo. MacArthur elogiou a iniciativa do imperador [...] esta iniciativa imperial não só reduziu a probabilidade de o SCAP acusar Hirohito de crimes de guerra, mas também esvaziou os esforços conservadores para despertar a oposição pública às reformas constitucionais. (Schaller, 1985, p. 42. Tradução do autor)

Por conseguinte, o personagem representado nesta obra é um imperador que, apesar de limitado em termos de poder pelas algemas da nova Constituição e da declaração de Potsdam, foi capaz, através de seus eloquentes discursos principalmente, de aproximar-se da autoridade

⁹ Esta sigla refere-se à *Supreme Comander of Allied Powers*, possuindo dois sentidos, o primeiro é designar o cargo de mais amplo poder dentro da ocupação, ocupado por Douglas MacArthur quase que na totalidade deste processo, além disso, um segundo significado, e é a este que nos referimos aqui, diz respeito a instituição administrativa da ocupação em si.

¹⁰ É notório salientar, mediante identificação de recorrência desse tipo de representação, que uma análise mais pormenorizada revela que tal relação se deu de outro modo, bem mais complexo por sinal. Sobre isto, ver “*Decision: The Conflicts of Harry S. Truman*” em que o então presidente afirma não ter permitido que as bombas atômicas fossem usadas no palácio de Tóquio pelo risco de ocasionar a morte do imperador Hirohito, trechos do documentário citado foram consultados virtualmente através do acervo da biblioteca Harry Truman. Disponível em: <https://www.trumanlibrary.gov/movingimage-records/mp2002-467>. Acesso em: 29 de outubro de 2024. Também ver Mauch (2017), especificamente o anexo deste artigo, em que o historiador nos fornece uma tradução do diálogo que Hirohito e MacArthur tiveram em sua reunião, assim, a cena descrita vai de encontro com essa ideia de uma soberania absoluta dos estadunidenses sobre o império japonês.

americana estabelecendo uma relação boa com os ocupadores e servindo como aliado próximo. Em síntese, à luz das ideias de Skinner, identifica-se uma intenção do autor em mostrar um imperador como ator político astuto, através da capacidade, apontada pelo autor, que Hirohito teve em desestabilizar os setores mais conservadores do Japão, chamados pelo Historiador de “militaristas e ultranacionalistas” (Schaller, 1985, p. 42. Tradução do autor).

Ainda na década de oitenta, uma coletânea é publicada sob nome de *Democratizing Japan: The Allied Occupation* pelos editores Robert E. Ward e Sakamoto Yoshikazu que publicam a obra no ano de 1987. Nesta, os autores produziram um estudo substancial sobre a democratização do Japão durante a ocupação e, nesse sentido, Theodore H. McNelly, ao escrever o terceiro capítulo deste livro explora questões relativas à importância de Hirohito neste processo. Ele determina prontamente que a maneira como os Aliados fizeram a reforma constitucional “tornou o imperador um participante indispensável no processo. [...] enquanto os expurgos e os julgamentos dos crimes de guerra estavam apenas a começar, o imperador assumiu a liderança formal na democratização do Japão” (Ward; Sakamoto, 1987, p. 101). Para McNelly, as reformas constitucionais colocaram Hirohito como um símbolo de um Estado pacifista, posição esta que historicamente teria sempre sido o lugar ocupado pelo imperador nos termos da tradição japonesa em que o monarca não passaria de um líder desprovido de poder apenas capaz de promover estabilidade política e legitimar mudanças. (Ward; Sakamoto, 1987, p. 102). O que autor faz ao escrever tais palavras (Skinner, 2005, p. 117) é evidenciar que Hirohito foi posto nesse lugar descrito, empurrado a força pelas autoridades norte-americanas, com isso o historiador estadunidense constrói uma história legitimadora da ocupação visto que tal reforma citada acima esteve alinhada com uma suposta tradição japonesa, dando a entender que Hirohito não somente foi absolutamente instrumentalizado nesse contexto como este teria sempre sido seu lugar naquela sociedade.

Pouco mais de uma década se passa e John W. Dower reaparece com seu livro *Embracing Defeat: Japan in the wake of World War II*. Nesta obra, lançada em 1999, dedicou-se a estudar os efeitos da derrota e da ocupação americana do Japão na sociedade japonesa. Assim, o autor nos apresenta um Hirohito que, enfrentado pelos horrores dos eventos envolvendo o fim da Segunda Guerra Mundial no Japão, decide assumir a forma personificada do sofrimento da nação (Dower, 1999, p. 36.). Dower, em consonância com Schaller, escreve que “Na verdade, as autoridades de ocupação optaram não apenas por separar o imperador da sua guerra santa, mas

por recolocá-lo como centro da sua nova democracia.” (Dower, 1999, p. 278. Tradução do autor).

Ademais,

Assim como o O.S.S. e outras agências de inteligência [...] o comando de MacArthur acreditava que o imperador detinha a chave não apenas para a rendição, mas também para a mudança do pós-guerra. A tarefa, como disseram Fellers e os seus homens, era "criar uma barreira" entre a liderança militar e o imperador (com os seus súbditos), persuadindo os japoneses de que os "militaristas gângsteres" não só os tinham enganado, mas traíram o seu líder sagrado. (Dower, 1999, p. 281. Tradução do autor)

Em outras palavras, neste livro temos representado um chefe de Estado, elevado ao *status* digno pelos americanos, cujo única função, tal como um peão de xadrez, fora servir como frente de um plano político de convencimento da existência de um inimigo em comum.

Junto com a virada para um novo milênio, Yoshikuni Igarashi publica sua obra *Bodies Of Memory: Narratives Of War In Postwar Japanese Culture 1945-1970*, onde ele objetivou “examinar como o passado foi significado e esquecido através da mediação da História” (Igarashi, 2000, p. 03). Assim, o livro aborda o fim da guerra e o período do pós-guerra com o objetivo de analisar as abordagens que consideram que somente é possível a compreensão destes traumas a partir de uma minimização dos efeitos destes horrores na história do Japão (Igarashi, 2000, p. 3-5). Ademais, afirma o historiador japonês:

A própria derrota do Japão foi reconfigurada como uma condição necessária pela paz e prosperidade do pós-guerra sob a hegemonia dos EUA [...] as tentativas de ambos os países de suavizar esta disjunção radical da história juntos produziram a narrativa oficial que forjou a continuidade histórica da guerra ao pós-guerra. Esta narrativa apresenta a derrota do Japão como um drama de resgate e conversão: os Estados Unidos resgataram o Japão da ameaça de seus militaristas, e o Japão foi convertido num país pacífico e democrático sob tutela dos EUA. (Igarashi, 2000, p. 13)

As palavras deste historiador japonês não deixam dúvidas: para ele, Hirohito foi um imperador que, longe de ter sido coagido ou usado, escolhe conscientemente e com propósito se aliar aos Estados Unidos em prol de uma determinada narrativa, vejamos melhor:

MacArthur e Hirohito [...] juntos, eles foram capazes de evitar as tentativas das outras nações aliadas de interferir na política de ocupação americana e indiciar o imperador por crimes de guerra; juntos, eles personificaram o melodrama de resgate e conversão a um credo liberal americano: o imperador foi resgatado pelos americanos das mãos malignas dos japoneses militaristas. (Igarashi, 2000, p. 31)

O autor, embora cético sobre a preocupação de Hirohito em salvar o Japão de fato, entende que esta narrativa resultou na ascensão deste ao patamar de soberano “esclarecido” (Igarashi, 2000,

p. 22), responsável pela decisão benevolente de encerrar a guerra, salvando milhões de japoneses de mortes e sofrimentos adicionais.

Igarashi utiliza expressões como “melodrama do resgate” e “eles foram capazes” em contradição direta com descrições do imperador como uma marionete controlada pelos ocupadores de sua terra. O capítulo em questão revela de forma inequívoca a intenção do autor, desse modo, Igarashi pinta outro retrato, um imperador praticamente livre de restrições, ativo e fundamental nesse processo de transformação social. Essa parte de sua obra cria, e defendemos que isso foi pensado pelo autor, uma perspectiva distinta em que Hirohito torna-se, a partir desta narrativa disruptiva e da antagonização de sua imagem em relação àqueles militares, um líder carismático cujo objetivo seria “salvar o Japão oferecendo-lhe um caminho para a conversão – uma constituição liberal e esclarecida.” (Igarashi, 2000, p. 34. Tradução do autor).

Ainda no ano de 2000, Herbert P. Bix publica sua biografia *Hirohito and the Making of Modern Japan*. Neste premiado trabalho, ele disserta a respeito da importância de Hirohito no processo de modernização do Japão. Nesse sentido, quanto a participação deste na ocupação americana do Japão, Bix define que “Hirohito foi forçado a tornar-se um “símbolo” da unidade nacional.” (Bix, 2000, p. 13. Tradução do autor), ou seja, sem poder de escolha. Por meio dessas escolhas de palavras e enfoques narrativos, Bix pretendeu criar uma imagem do imperador que observou, passivamente, uma série de transformações que o colocaram como o porto seguro da coesão social, sem ele insurgiria caos nas ruas. Além disso, o biógrafo retoma essa linha de raciocínio ao fim do livro, dizendo ainda que “Hirohito ficou satisfeito por MacArthur fazer uso dele” (Bix, 2000, p. 548-49). Ao optar, dentre todas as possibilidades de palavras ao seu dispor, por passar a ideia de satisfação desses personagens em face das medidas que vinham sendo tomadas pela ocupação, o biógrafo intentava, e isto fica claro, passar uma imagem de um imperador que, para além de ter sido manipulado pelos americanos, obtinha prazer em ser usado. Esta imagem possui certas semelhanças com aquelas produzidas por alguns dos autores supracitados, porém, certamente planejou consolidar uma interpretação única desse monarca e, por isso, consegue, simultaneamente, contrapor outros.

Além destas obras, os primeiros dez anos do novo milênio trouxeram consigo outros historiadores que abordam o imperador Hirohito na ocupação do Japão. O primeiro, datado de

2007 e é uma coletânea intitulada de: *Democracy In Occupied Japan*, editada por Mark E. Caprio e Yoneyuki Sugita. Ambos também são autores da introdução deste livro. Estes, dissertam que

A administração, no entanto, decidiu logo no início, provavelmente mesmo antes do fim da guerra, manter tanto o imperador em exercício como o sistema imperial. Edwin O. Reischauer observou já em 1942 que o imperador poderia ser usado para efetivamente manter a ordem social e implementar políticas. [...] O imperador, no entanto, receberia uma reforma destinada a alinhá-lo com o Japão democrático, desmilitarizado e dependente que os Estados Unidos haviam imaginado. O imperador deificado teria que “descer das nuvens” para aceitar uma personalidade humana. (Caprio; Sugita. 2007, p. 08. Tradução do autor)

Tais autores procuravam comunicar (Skinner, 2005, p. 123) uma perspectiva que colocava a administração da ocupação como autora do planejamento e execução de ações que forçaram Hirohito a servir como auxiliar no processo de reformulação política do país ao exercer o papel de mantenedor da paz e ordem na sociedade japonesa. Assemelhando-se assim, no debate historiográfico, àqueles que entendem este personagem, se me é permitido fazer essa metáfora, a partir da perspectiva que o bota como uma marionete da ocupação. Concluindo, eles afirmam que “A declaração de humanidade de Hirohito [...] preparou o povo japonês para o papel diminuído que ele assumiria ao final do ano, conforme estipulado na constituição japonesa do pós-guerra” (Caprio; Sugita. 2007, p. 08). Ainda neste mesmo livro e perspectiva, no capítulo quinto escrito por Yoshiko Nozaki, novamente a comparação de Hirohito a um peão emerge ao dissertar que a organização da ocupação via Hirohito como um meio dos Estados Unidos realizar a implementação de políticas e reformas (Caprio; Sugita, 2007, p. 129). É interessante notar que a afirmação de Caprio e Sugita acima citada antagoniza aquela oferecida por McNelly.

Nas duas décadas que se seguiram, novos trabalhos surgem a respeito da ocupação do Japão e das transformações políticas que sucederam a rendição japonesa. O primeiro deles é Bix, quinze anos após ter feito uma biografia do imperador em questão, que num artigo declara que: “o General MacArthur estava livre para usá-lo para seus próprios propósitos de controle da ocupação” (Bix, 2015, p. 3. Tradução do autor). Com efeito, ele reforça ainda mais o caráter inevitável do poder americano sobre o imperador, contudo, desta vez admitindo a existência de um espaço mínimo e, que Hirohito não estaria sob controle absoluto no trecho: “Apesar de a Constituição confinar Hirohito a um mero papel cerimonial, ele continuou a desempenhar um papel político secreto nos assuntos externos e internos sempre que as circunstâncias permitissem” (Bix, 2015, p. 04. Tradução do autor). Detalhe que pode parecer de menor tamanho, mas que diferencia drasticamente sua representação deste personagem em comparação a outros autores

supracitados. Nesse ponto, o autor chega a conflitar consigo mesmo se comparamos ambas obras aqui citadas e é possível que, num novo milênio, seu público não mais aceitasse a narrativa de um imperador com mãos atadas. Evidente que se trata aqui de uma conjecturação tendo em vista que uma investigação mais aprofundada é necessária para fundamentá-la.

O ano é 2017 e Dayna L. Barnes publica sua maior obra, intitulada de *Architects Of Occupation: American Experts and Planning For Postwar* onde se dedicou a estudar os homens responsáveis pelo planejamento da ocupação japonesa, focando “nos objetivos americanos para o Japão no mundo pós guerra” (Barnes, 2017, p. 05. Tradução do autor). Barnes é uma referência internacional nos estudos acerca da ocupação, pode-se inferir disso que sua representação do imperador Hirohito é de expressiva relevância dentro dessa disputa historiográfica que temos explorado. Nesse sentido, a historiadora escreve que “No Japão, a cooperação do imperador legitimou a participação e sublinhou a futilidade da resistência nacionalista organizada” (Barnes, 2017, p. 175. Tradução do autor). Em Barnes, o imperador se assemelha mais aquele retratado por Igarashi, ainda que não haja compatibilidade plena, ela objetivava dar a entender que não havia correntes que prendiam Hirohito a seu trono. O uso categórico desse substantivo deve ser entendido como interligado à intenção da autora com seu texto (Skinner, 2005, p. 117), assim, no lugar de fios que controlavam o imperador há, em verdade, o realce de um ímpeto singular de um líder que decide aliar-se a ex-inimigos pela reconstrução de sua nação. Cabe notar, ainda, que este foi o único caso encontrado, na historiografia analisada, onde a palavra cooperação é explicitamente utilizada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como pode ser observado ao longo do artigo, o conjunto de obras analisadas foi submetidos à análise detalhada quanto a forma como suas narrativas constroem representações acerca de Hirohito, homem que assumiu pela 124ª vez o trono imperial do Japão, destacando a persistência desta temática ao longo do tempo na historiografia internacional e a efervescência deste debate ainda muito atual, por conseguinte, fica estabelecido que historiadores(as) ainda não se encontram em consenso acerca do lugar ocupado por Hirohito na ocupação americana do Japão.

De maneira geral, todos os autores abordados no presente artigo caracterizam-se por convergirem em um ponto particular: não há, na totalidade das obras examinadas aqui, dúvidas

de que o imperador constituiu um personagem de incontestável importância nessa história. Contudo, é igualmente verdade que estes autores criam distintas explicações em relação à gênese deste mérito, a título de exemplificação, na biografia escrita por Bix é onde ficou mais evidente que a importância do imperador no processo da ocupação derivou principalmente do fato dele ter sido usado por Douglas MacArthur. No seu extremo oposto estaria a persona representada em Barnes (2017). Esta simples constatação é suficiente para retornarmos à Bourdieu e verificarmos na prática a questão dos programas de percepções cada um desses historiadores e historiadoras não somente escreve sobre o passado, mas, em verdade, constroem e impõem, já que pelos seus diplomas são dotados de autoridade reconhecida para falar do passado, modos de ver o mundo. Sintetizando, ao lidar com o mundo social, historiadores e cientistas sociais estruturam a forma pela qual os indivíduos percebem esse universo. No caso particular da historiografia, essa operação se manifesta na nomeação e classificação de processos, acontecimentos, tempos, instituições e personagens (Bourdieu, 2008, p. 81-83). Nesse caso tais ações, nomear e classificar, referem-se à escrita da história, mas também através da maneira como nós lidamos com nossas fontes, a este segundo aspecto retornarei em breve.

Mediante ao trabalho analítico aqui realizado, considerando a dimensão semântica, sintática bem como a intencionalidade dos autores em relação aos termos utilizados, dito de outra forma, a relação entre os significados possíveis de palavras em sentença e suas ordenações com o intuito desses historiadores foi possível traçar dois perfis distintos de enfoques narrativos. A distinção principal entre ambos se deu pela forma como optaram por definir a relação entre o imperador e a ocupação, nestes termos temos que em Borton (1966), McNelly (1987), Dower (1999), Bix (2015; 2017), Caprio e Sugita (2007) bem como no capítulo de autoria de Nozaki (2007) observou-se um mesmo traço comum. De acordo com estes, respeitadas as singularidades inerentes a cada obra, Hirohito foi mantido por conveniência política e teria agido somente em prol da agenda americana com a ocupação de forma a funcionar como ferramenta legitimadora das reformas por ela propostas. Nas linhas escritas por eles, a partir, mas não exclusivamente, da rendição do Japão e a nova Constituição de 1946, era como se fios invisíveis, semelhantes aqueles que compõem hoje a tecnologia da fibra óptica ou náilon usado por ventríloquos para manejo de suas marionetes, permitiam controle remoto sobre o imperador.

Na face oposta desta moeda, encontram-se Schaller (1985), Igarashi (2000) e Barnes (2017) que pintam uma paisagem onde não havia uma força brutalmente inescapável, em contrapartida, observamos uma complexa movimentação política na qual, ambos, imperador e

ocupador buscaram ao máximo construir uma rede de colaboração mutualmente benéfica. Atesta-se que as narrativas apresentadas por estes autores se inserem num debate historiográfico evidentemente conflituoso, a identificação desta fronteira nos permite separa-los categoricamente, obtendo disso uma compreensão mais esmiuçada acerca das representações que constroem.

Cada grupo de historiadores, como bem aponta Barros sobre a ofício do historiador, acaba por construir a realidade desse mundo e tal construção se dá por meio de uma dupla seleção, a primeira diz respeito ao selecionar de certos eventos em detrimento de outros, a segunda refere-se a filtragem que fazemos de nossas fontes ao direcionar nosso olhar observador para alguns lugares e aspectos e outros não. (Barros, 2020, p. 5-10).

A divergência entre os perfis de 'instrumentalização' e 'colaboração' revela-se, portanto, como o resultado do trabalho historiográfico e da filtragem singular. Mesmo após sete décadas do fim da ocupação do Japão, ainda se busca por definir as características do imperador *Showa*, o que se pode observar são construções discursivas oriundas de intenções distintas para com seus trabalhos. Ademais, embora os enfoques supracitados apresentem tensões, não se sustentam argumentos para uma antagonização plena, visto que, em nossa perspectiva, as categorias de utilização e colaboração constituem dimensões interdependentes de um mesmo processo histórico. Tal verificação, não só confirma como também reforça a importância das premissas expostas por Carr de que nenhum documento nos diz mais do que aquilo que seu autor pensava (Carr, 2006, p. 8-9). Por fim, entende-se que a instrumentalização política só se torna inteligível quando reconhecemos a colaboração como sua base de sustentação, a possível, e provável, cooperação do imperador não anula sua submissão à ocupação, mas torna evidente uma assimetria de poder.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARNES, Dayna L. **Architects of Occupation: American Experts and The Planning for Postwar Japan**. New York: Cornell University Press, 2017.

BARNES, Dayna Leigh. **Armchair Occupation: American Wartime Planning for Postwar Japan, 1937-1945**. 2013. Thesis (Doctor of Philosophy) - The London School of Economics and Political Science, London, 2013.

BARROS, José. D'assunção **Fontes Históricas: uma introdução à sua definição, à sua função no trabalho do historiador, e à sua variedade de tipos**. Cadernos do Tempo

Presente, [S. l.], v. 11, n. 02, p. 03–26, 2020. DOI:

<https://doi.org/10.33662/ctp.v11i02.15006>. Disponível em:

<https://periodicos.ufs.br/tempo/article/view/15006>. Acesso em: 18 nov. 2025.

BIX, Herbert P. **Hirohito and the Making of Modern Japan**. New York: Harper Perennial, 2000.

BIX, Herbert P. Showa History, Rising Nationalism, and the Abe Government 昭和史、上昇するナショナリズム、そして安倍政権. **The Asia-Pacific Journal: Japan Focus**, [s. l.], v. 13, n. 4, Jan. 2015.

BORTON, Hugh. Preparation for the Occupation of Japan. **The Journal of Asian Studies**, v. 25, n. 2, p. 203–12, fev. 1966. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/2051323>. Acesso em 5 fev. 2026.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das Trocas Linguísticas: O que Falar Quer Dizer**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2022.

CAPRIO, Mark E.; YONEYUKI, Sugita. **Democracy in Occupied Japan: The U.S. Occupation and Japanese Politics and Society**. Nova Iorque: Routledge, 2007.

CARR, Edward Hallet. O Historiador e seus fatos. In: CARR, Edward Hallet. **Que é História?**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2006.

DOWER, John W. **Embracing Defeat: Japan in the Wake of World War II**. New York: W. W. Norton & Company, 1999.

IGARASHI, Yoshikuni. **Bodies Of Memory: Narratives Of War in Postwar Japanese Culture, 1945–1970**. Nova Jersey: Princeton University Press, 2000.

MACARTHUR, Douglas. **Reminiscences**. Maryland: US Naval Institute Press, 2012, p. 309.

MAUCH, Peter. Hirohito and General Douglas MacArthur: The First Meeting as Documented by Shōwa tennō jitsuroku. **Diplomacy & Statecraft**, [s. l.], v. 28, ed. 4, p. 585-600, 13 dez, 2017.

MCNELLY, Theodore H. “Induced Revolution”: The Policy and Process of Constitutional Reform in Occupied Japan in: WARD, Robert E.; SAKAMOTO, Yoshikazu (ed.). **Democratizing Japan: The Allied Occupation**. Honolulu: University Of Hawaii Press, 1987.

SCHALLER, Michael. **The American Occupation of Japan: The Origins of the Cold War in Asia**. Nova York: Oxford University Press, 1985.

SKINNER, Quentin. **Visões da política sobre os métodos históricos**. Portugal: Difel, 2005.

U.S. DEPARTMENT OF STATE (United States). Office of the Historian. **Foreign Relations of the United States Diplomatic Papers, 1945: The British Commonwealth, The Far East**. Washington: United States Government Printing Office, 2018.